



Youth and Adults in the Semi-Arid Alagoano: daily mediations and tactics of resistance to illiteracy

Jovens e Adultos no Semiárido Alagoano: mediações e táticas cotidianas de resistência ao analfabetismo

SILVA, Lucas Pereira da⁽¹⁾; FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz⁽²⁾

⁽¹⁾  0000-0003-3797-6085; Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas - Curso de Psicologia/Campus de Arapiraca/Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Brazil. E-mail: lucas.silva@palmeira.ufal.br.

⁽²⁾  0000-0003-3659-4165; Professora Associada II do Curso de Pedagogia. Docente no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado no Centro de Educação (Cedu/Ufal), Brazil. E-mail: naide12@hotmail.com.

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

The text in the agenda aims to present, in a synthetic way, the outline of a postdoctoral research that is in progress at PPGE/Cedu/Ufal. The study is located at the interface between Psychology, Social Sciences and Youth and Adult Education - EJA and addresses the process of subjective development in the semi-arid region of Alagoas, focusing on mediations and tactics of resistance to illiteracy in that territory, while inventive learning produced in everyday life, by the research subjects, young people, adults and seniors, potential EJA students, people living in an illiterate condition, who face economic and social inequalities in their daily practices. It follows the principles of Qualitative Research (Chizzotti, 2003) and uses the Oral History Method as a guide, in the collection and analysis of empirical data. As an instrument of data collection, it makes use of Autobiographical Reports (Nóvoa; Finger, 1988), as well as Semi-structured Interviews (Gil, 2002) recorded in audio and video, to then be treated through Discourse Analysis (Orlandi, 1999) in dialogue with the Historical-cultural Theory.

RESUMO

O texto em pauta objetiva apresentar, de forma sintética, o delineamento de uma pesquisa de pós-doutorado que está em andamento no PPGE/Cedu/Ufal. O estudo situa-se na interface entre Psicologia, Ciências Sociais e Educação de Jovens e Adultos – EJA e aborda o processo de desenvolvimento subjetivo no Semiárido Alagoano, com foco nas mediações e táticas de resistência ao analfabetismo naquela territorialidade, enquanto aprendizagens inventivas produzidas no cotidiano, pelos sujeitos da pesquisa, jovens, adultos e idosos, potenciais estudantes da EJA, pessoas vivendo na condição de analfabetos, que enfrentam as desigualdades econômicas e sociais em suas práticas cotidianas. Segue os princípios da Pesquisa Qualitativa (Chizzotti, 2003) e toma o Método da História Oral como guia, na coleta e análise dos dados empíricos. Como instrumento de coleta de dados, lança mão dos Relatos Autobiográficos (Nóvoa & Finger, 1988), além de Entrevistas Semiestruturadas (Gil, 2002) gravadas em áudio e vídeo, para em seguida serem tratados através da Análise do Discurso (Orlandi, 1999) em diálogo com a Teoria Histórico-cultural.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 18/10/2021

Aprovado: 21/12/2021

Publicação: 01/07/2022



Keywords:

EJA, Illiteracy, Mediations and taily tactics.

Palavras-Chave:

EJA, Analfabetismo, Mediações e táticas cotidianas.

Introdução

O texto em pauta tem por objetivo expor de forma sintética o delineamento de uma pesquisa de pós-doutorado em andamento¹. Situa-se na interface entre Psicologia, Ciências Sociais e Educação de Jovens e Adultos - EJA, especificamente no que se refere ao processo de desenvolvimento subjetivo e a aquisição de conhecimentos escolares no Semiárido Alagoano.

A pesquisa tem como objetivo geral produzir conhecimentos sobre as mediações e táticas de resistência às desigualdades sociais, com foco na superação do analfabetismo nesta territorialidade, como aprendizagens inventivas dos sujeitos, jovens, adultos e idosos em suas práticas cotidianas, nos espaços rurais e/ou urbanos, enquanto práticas construídas e expressas de forma individual e/ou coletivamente.

Para tanto figuram como objetivos específicos da investigação: a) Reunir elementos sobre as maneiras de viver no Semiárido, buscando os sentidos que os sujeitos atribuem às práticas de leitura e escrita nos contextos familiares, escolares, nas relações de trabalho e nas demais atividades cotidianas através de narrativas autobiográficas; b) Construir um banco de dados quantitativo e qualitativo através de fontes secundárias, referente às condições de vida e escolarização de jovens e adultos que vivem no semiárido alagoano.

Busca-se também c) Identificar os impactos sofridos pelos sujeitos da pesquisa e suas famílias em decorrência da pandemia da Covid 19, em comparação ao momento anterior e as expectativas para o futuro, e além disso, d) Refletir sobre as principais mediações que favorecem ou dificultam o ingresso, a permanência e a continuidade dos estudos para os sujeitos da EJA em Alagoas.

Historicamente observa-se que os sujeitos da pesquisa (jovens, adultos e idosos), pessoas que vivem na condição de analfabetos em pleno século XXI, enfrentam muitas dificuldades para se desenvolverem enquanto seres sociais e históricos, imersos na realidade alagoana, que por muito tempo se configura como uma realidade excludente, que detém altos índices de desigualdade econômica, concentração de renda nas mãos de poucos e reproduz há muitas décadas altos índices de analfabetismo.

Para a realização do estudo nesse contexto contraditório e desafiador, seguiremos o Método da História Oral, respeitando três fidelidades à inspiração original deste método, quais sejam: “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir e testemunhar as situações de extremo abandono” (Joutard, 2000, p. 32). Por outro lado, procura-se evidenciar os modos e as formas de sobrevivência dessas pessoas e valorizar as suas “artes de fazer” (Certeau, 1994),

¹ O estudo está sendo realizado pelo primeiro autor com a supervisão da segunda no âmbito do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos – MULTIEJA, vinculado ao PPGE/Cedu/Ufal, em parceria com o LAPES – AL – Laboratório de Pesquisa e Extensão em Psicologia Escolar Educacional, vinculado à Unidade Educacional Palmeira dos Índios/Campus de Arapiraca/Ufal.

como mediações e táticas de produção da vida, sobrevivência e superação das adversidades cotidianas.

Desvelando as tramas, os jogos de resistência, as astúcias sutis dos praticantes, das pessoas comuns, nem por isso submissas, desde a sua obra “A Invenção do Cotidiano” Michel de Certeau (1994) um pesquisador e militante anticonformista, trabalha com categorias pares em suas análises, a exemplo dos conceitos de “Estratégias” e “Táticas”. De acordo com este autor, na vida cotidiana estamos todos lidando com artimanhas e burlas, principalmente quando necessitamos enfrentar as situações mais complexas, nos desafios da vida.

Nesse enfrentamento, as “estratégias” estão vinculadas ao poder dominante, às instituições, aos grupos que tentam se reproduzir no poder em um dado contexto, ao poder estabelecido, a exemplo do poder que tem a linguagem escrita. Por sua vez, as “táticas” são golpes de resistência praticados por quem não detém o poder estabelecido, mas que não deve ser visto como fraco, ou mesmo passivo.

Nas palavras de Certeau (1994, p. 104), “As estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo”. Representando assim, algo que busca se reproduzir, permanecer, se manter controlando, dominando. Por outro lado, “as táticas [...] são procedimentos que valem pela pertinência, em uma dada situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, como momentos sucessivos de um ‘golpe’, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc. [...]. Nesse sentido, as “estratégias” e as “táticas” cotidianas experienciadas pelos praticantes indicam que os sujeitos ocupam lugares diferentes, as vezes de poder e outras vezes de ausência de poder, mas nunca de submissão.

Problematizando com Freire (1993) a realidade que nos debruçamos no presente estudo, também seguimos a hipótese de que estes sujeitos em muitos aspectos são “impedidos de Ser mais”, no entanto, desenvolvem táticas de resistências, encontram saídas para superar as condições adversas da vida, através de alternativas criadoras por via das mediações no cotidiano de suas práticas, na família, nas atividades laborais, no campo ou na cidade, na busca pela escola ou no distanciamento dela, nas produções culturais, nas roças ou nas feiras livres, de forma individual ou coletiva.

A construção do objeto de estudo foi iniciada a partir de 2019, quando passamos a integrar o Multieja/Cedu/Ufal e fazermos parte da Rede Rizomática² de investigações sobre História da Educação e Memória, por reconhecer a importância deste espaço de estudos,

² O Multieja em mais de 10 anos vem constituindo-se em redes rizomáticas de pesquisas, formando a sua tradição de investigações. A primeira relacionada à História da Educação e Memória da EJA, iniciada em 2006; a segunda tradição com o foco na Linguagem, iniciada em 2011 com o “Observatório Alagoano de Leitura em EJA”, e com pesquisas voltadas para Alfabetização/Letramento; a terceira voltada para Permanência Escolar que se iniciou em 2014, após contatos do Multieja com o Núcleo de Estudos e Acesso sobre Permanência na Educação (Nucleape) da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e o Instituto Federal Fluminense (IFF), em Goitacazes – Rio de Janeiro. E também há vinculações com o Ifal - Câmpus Maceió e Piranhas, e a quarta tradição de investigações relacionados às culturas organizacionais escolares, iniciada em 2014 em diálogo com o Centro de Investigações e Intervenções Educativas (CIIE), da Universidade do Porto em Portugal. (Santos, 2020).

pesquisas e práticas para a continuidade da luta contra as desigualdades sociais e educacionais que ainda se reproduzem em nossa territorialidade.

Nesse movimento, já em março de 2020, pouco antes do início da pandemia, pudemos participar de uma reunião de estudo e planejamento para a elaboração do “II Ciclo de Palestras Luso-Brasileiro: os múltiplos sentidos da EJA em tempos de in(re)sistência”. Este evento, realizado de forma virtual por conta da pandemia, teve seu início em julho e se estendeu até novembro de 2020.

Em uma das atividades do referido evento, no dia 13 de outubro, em parceria com o Dr. Paulo Marinho – Universidade do Porto – Portugal, proferimos a palestra intitulada “Educação de Adultos: (re)construção da identidade e aprendizagens”. Todos esses elementos nos implicam de forma ético-política no compromisso de continuar estudando a realidade alagoana. Por sua vez, esta realidade e sua atualidade exige a realização de pesquisas que possam transformar problemas do cotidiano em problemas de investigação científica, no caso, evidenciando sobretudo os potenciais sujeitos da Educação de Jovens e Adultos na territorialidade do Semiárido.

Para tanto, assumimos uma concepção de Educação de Jovens e Adultos – EJA, como direito a partir da noção de “democratização” (Vargas & Paula, 2011) dos saberes, práticas e lutas, enquanto categoria basilar para o estudo dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, quando trabalhamos com pesquisas de interfaces. Nesse sentido, intentamos trabalhar com uma categoria que representa a interface entre Educação e Ciências Sociais, implicando inicialmente evidenciar sua caracterização e seu surgimento nos estudos educacionais.

Seguindo uma tese fundamental de Vygotsky (2001) para quem as aprendizagens impulsionam o desenvolvimento humano, por que ampliam as possibilidades da linguagem, refletimos que a não democratização dos saberes e práticas escolares pode concorrer para o impedimento de um desenvolvimento mais qualitativo das pessoas, das comunidades, em uma dada territorialidade.

Problemática e Relevância do Estudo

Para Vargas e Paula (2011), o conceito de democratização aparece pela primeira vez na legislação educacional brasileira no Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior (Projeto de lei 7200/2006). Tal conceito não estava presente quando da Reforma de 1968 e não consta na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996). Por sua vez, tratando do processo de democratização Lukács (2008, p. 25) esclarece que,

[...] as propostas pontuais, emergenciais (táticas) são como momentos parciais do grande desenvolvimento histórico do gênero humano, isto é, são momentos

que podem promover a ‘sociabilidade universal’ – desde que não se cultive a ilusão de que resolvam o problema crucial da desigualdade.

Trabalhar com uma categoria tão controversa como “democracia”, na interface entre Psicologia, Ciências Sociais e Educação de Jovens e Adultos, implica antes de tudo, considerar sua importância nos estudos de uma realidade tão contraditória como a que figura neste estudo. Entendendo que democratização implica no processo que pode concorrer para o alcance da democracia e considerando que no modo de produção capitalista este processo estará sempre incompleto, pode-se pensar nas possibilidades e nos limites que incidem nessa empreitada, olhando para uma realidade específica, no caso, a nordestina, localizada no Semiárido Alagoano.

Em se tratando do contexto de realização do estudo, sublinhamos que historicamente o Nordeste brasileiro e, sobretudo a região delimitada geograficamente como Semiárido Brasileiro, apresenta baixas taxas nos indicadores sociais, econômicos e na participação ou no acesso dos sujeitos aos equipamentos sociais, aos bens públicos, tais como a Educação.

Sobre este contexto, dados disponibilizados pelo Instituto Nacional do Semiárido - INSA (2017) mostram que o Semiárido Brasileiro, região na qual se encontra situado o locus de realização da pesquisa aqui proposta, em sua nova delimitação, definida pelo Conselho Deliberativo da Sudene através das Resoluções 107, de 27.07.2017 e 115, de 23.11.2017 e aprovada pelo Ministério da Integração Nacional (2017) abrange uma área superior a 1,03 milhão de km² e compreende 1.262 municípios.

A maioria desses municípios se localiza nos nove estados nordestinos: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, além de cidades do norte de Minas Gerais (região Sudeste). Os dados indicam ainda, que nos últimos anos a população da região vem crescendo de forma significativa e já ultrapassa o número de 27 milhões de habitantes, equivalendo a 35% e 12% da população do nordeste e do país, respectivamente. Na delimitação atual o Estado de Alagoas possui 38 municípios pertencentes ao Semiárido e uma população em torno de 1 milhão de habitantes vivendo nesta territorialidade.

Apesar dos significativos avanços observados nos últimos quinze anos, no que se refere às políticas direcionadas para a convivência com a semiaridez, que concorreram para uma melhoria importante nas condições de vida e desenvolvimento, os desafios a serem enfrentados nesta região ainda são imensos, no sentido de democratizar o acesso aos bens públicos e as mediações que efetivamente possam impulsionar o desenvolvimento das pessoas, gerando condições qualitativas de participação da população, no que se refere a educação, saúde, segurança alimentar, produção de tecnologias sociais para a convivência com a semiaridez, dentre outros.

Faz-se importante salientar que, no Semiárido Brasileiro 60,09% dos seus municípios apresentaram IDHM variando de Muito Baixo a Baixo envolvendo 9.230.056 habitantes. Nesse contexto, observa-se a necessidade de estudos e pesquisas que possam intervir na redução das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Mas, isso só seria possível, conhecendo melhor as pessoas, os sujeitos que ali produzem suas existências, e, de que modo o fazem.

Ainda com relação ao movimento que vem se avolumando nas últimas décadas, podemos observar que a partir da década de 1990 do século passado vem sendo construída uma mudança de paradigma no Nordeste brasileiro com relação a sua parte semiárida. Nessa direção, desde esse tempo histórico,

[...] começou a ser operacionalizado um deslocamento do discurso do combate à seca para a ideia de convivência, instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é ser semiárido, como contraponto ao descaso histórico para com a ideia do ser sertão. Compreensão que ganhou projeção quando trabalhadores rurais e urbanos, através de suas organizações, começaram a contestar o modelo de intervenção governamental nas questões relacionadas ao “sertão” e às suas instabilidades climáticas, propondo soluções a partir de outra forma de compreensão da vivência no Semiárido (Fortunato & Neto, 2017, p. 193).

A ideia de combater a seca aos poucos vem dando lugar a uma perspectiva de convivência com a semiaridez, impulsionando o desenvolvimento de tecnologias sociais que não só possibilitam, mas também valorizam a permanência das pessoas naquela territorialidade. Assim, o Semiárido passou a ser visto de outra forma, como lugar de riquezas naturais, culturais e históricas.

Nesse sentido, cria-se a necessidade de compreender melhor a produção da vida e das subjetividades, as “artes de fazer” (Certeau, 1994) dos sujeitos que habitam aquela territorialidade, tomando como ponto de partida a semiaridez enquanto identidade de lugar que reúne os sertões, os agrestes, os cariris, enquanto processo, enquanto movimento político que busca transformar a realidade e os sujeitos.

Para tanto, são necessárias pesquisas que possam evidenciar não apenas as dificuldades que as pessoas enfrentam no cotidiano de suas existências, modos e formas de sobrevivência, mas, que sobretudo, valorizem essas “artes de fazer” (Certeau, 1994), as táticas de sobrevivência e superação das adversidades, que valorizem o ser humano e deem relevo à produção de subjetividades, sabendo que estas também são resultantes das relações objetivas que ali se efetivam.

Pensando de que maneira os sujeitos trabalham, conscientes ou não, para a “invenção” de um outro cotidiano, buscaremos compreender como desenvolvem suas “astúcias

sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um (Duran, 2007, p. 119).

Principalmente por que temos o indicativo de que, os sujeitos, habitantes desta territorialidade, apesar dos impedimentos e da violência simbólica imposta por uma sociedade que a cada dia cobra o envolvimento dos sujeitos com as habilidades de leitura e escrita, criam alternativas, planejam saídas em suas práticas cotidianas, criam mediações alternativas.

De acordo com Vygotsky (1999), mediação em termos genéricos é o processo de intervenção de um elemento intermediário (instrumentos ou signos) numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento (Oliveira, 2002, p. 26). Para Vygotsky (1999) os processos mediacionais estão na base das interações histórico-culturais que, por sua vez, constituem as funções psicológicas superiores. Por sua vez, essas funções abarcariam dois grupos de fenômenos:

[...] em primeiro lugar, de processos de domínio dos meios externos do desenvolvimento cultural e do pensamento: a linguagem, a escrita, o cálculo, o desenho; e, em segundo, dos processos de desenvolvimento das funções psíquicas superiores especiais, não limitadas nem determinadas com exatidão, que na psicologia tradicional denominam-se atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos, etc. Tanto uns como outros, tomados em conjunto, formam o que qualificamos convencionalmente como processos de desenvolvimento das formas superiores de conduta [...] (Vygotsky, 1931/1999, p. 29).

Nessa posição teórica, entende-se que a constituição de um ser social é um movimento dialético entre aprendizagem e desenvolvimento, como um processo que tem suas raízes na sociedade e na cultura. Sendo que, as aprendizagens são indutoras do desenvolvimento do ser social e não o contrário. E todo o processo de aprendizagem e desenvolvimento implica mediações através de instrumentos e signos, ou símbolos. Mas, Vygotsky afirma que, o uso de instrumentos e o uso de signos não esgotam “todas as dimensões do conceito de atividade mediadora” e que seria possível “enumerar muitas outras atividades mediadoras” (Vygotsky, 1931/1995, p. 94).

Para o estudo proposto, interessa pensar as “atividades mediadoras” no cotidiano, que de alguma maneira contribuíram para a construção das táticas de resistência dos sujeitos, frente às desigualdades sociais, dentre elas o analfabetismo, tais como: a participação dos mesmos nas experiências familiares, em grupos comunitários, nas relações de trabalho, no campo ou na cidade, na participação política, em movimentos sociais, sindicais ou religiosos. Essas atividades mediadoras podem ter influenciado na elaboração e realização de suas táticas de resistência, em suas alternativas de manutenção da vida.

Em se tratando do contexto no qual intentamos desenvolver o estudo, dados da última pesquisa realizada pelo IBGE (2019), mostram que Alagoas continua liderando, em números absolutos, o analfabetismo no país. De acordo com a Pnad contínua mais recente (2019),

apesar da redução desse índice ao longo dos anos, o problema ainda afeta 443 mil alagoanos. Apesar de ter havido uma sensível redução, os dados mostram que a taxa de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais em Alagoas, ainda é alta, passando de 19,4% em 2016 para 17,1% em 2019.

Os índices se tornam mais críticos na medida em que as idades das pessoas avançam, tanto em Alagoas quanto no Brasil, o que revela, de um modo geral, que quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em Alagoas, entre as pessoas com 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo vem caindo desde 2016, saindo de 46,1% para 41% em 2019. Mesmo assim, ainda figura como a terceira maior do país percentualmente, à frente do Piauí (41,3%) e Maranhão (45,9%).

Analisando os dados considerando os índices relativos ao sexo, a pesquisa revela que a taxa de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais em Alagoas era maior entre os homens (18,1%) em relação às mulheres (16,3%) em 2019. O padrão se repete entre as pessoas com 60 anos ou mais, com uma taxa de 42,6% para os homens e 39,8% para as mulheres.

Outro componente a ser considerado nessa problemática diz respeito a diferença na taxa de analfabetismo na análise por cor ou raça. Nesse sentido, em 2019, a taxa para as pessoas brancas de 15 anos ou mais era de 12,3%, contra 18,6% para as pessoas pretas ou pardas. Observa-se ainda que, a diferença se acentua entre as pessoas de 60 anos ou mais, cujas taxas nesse mesmo período eram de 27,5% para os brancos e de 45,7% para pretos ou pardos. Por sua vez, o enfrentamento dessa problemática do analfabetismo não representa tarefa fácil para o poder público e para a sociedade civil como um todo.

Além do analfabetismo absoluto, que atinge cerca de 7% da população brasileira (IBGE, 2018), o analfabetismo funcional, característica de quem não tem a capacidade de compreender e utilizar a informação escrita e refletir sobre ela, atinge 29,4% dos brasileiros.

Por sua vez, essa problemática se agrava quando observamos o Estado de Alagoas com 47,7% e as mesorregiões Agreste Alagoano com 42,2% e Sertão Alagoano com 45,4% de pessoas vivendo na condição de analfabetos funcionais (IBGE, 2018). Demonstrando uma situação que se arrasta a muitas décadas em nosso Estado.

Todos estes elementos, característicos de uma lógica contraditória e excludente, se agregam a nossa questão principal, quando pretendemos produzir conhecimentos sobre como esta produção e reprodução da vida se efetiva naquela territorialidade. Assim, perguntamos: de que modo os sujeitos, potenciais estudantes da EJA (pessoas vivendo na condição de analfabetos) desenvolvem suas táticas de resistência às desigualdades sociais e que mediações utilizam para enfrentar a condição de analfabetismo, no contexto do Semiárido Alagoano?

Descrição Metodológica

Para a realização do estudo seguiremos os princípios da Pesquisa qualitativa. Para Chizzotti (2003) esta assume hoje uma posição transdisciplinar, desde as ciências humanas às sociais, adotando inclusive diversos métodos, convencionais ou não para o estudo dos fenômenos em pauta.

Nesse percurso, o Método da História Oral servirá de guia com foco na contradição reprodução da Sociedade/reprodução dos sujeitos, para a coleta e análise dos dados empíricos, tendo as táticas de resistência e as mediações no cotidiano como categorias sínteses das múltiplas determinações, como lentes de alcance para a leitura da problemática em estudo.

Para tanto, concordamos com Joutard (2000, p. 32) quando afirma que, “a força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos”. Utilizar este caminho possibilita uma maior aproximação com o desenvolvimento subjetivo e as aprendizagens, ou ainda as aquisições e produções de saberes dos sujeitos, sobretudo por que,

[...] é através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico [...] (Joutard, 2000, p. 33).

Sobre os informantes, ou os sujeitos da pesquisa, estes serão 10 (dez) jovens e/ou adultos, potenciais estudantes da EJA (pessoas vivendo na condição de analfabetos). A escolha dos sujeitos deve tomar como critério também a origem no Semiárido Alagoano, que trabalham ou estão desempregado. Considerando também as adversidades enfrentadas, em decorrência da pandemia imposta pela Covid-19.

A escolha dos sujeitos está relacionada ao problema principal da pesquisa, pois, poderão trazer elementos importantes relativos ao ingresso ou não à escola, os sentidos a ela atribuídos e as condições de permanência ou evasão dos espaços educativos, quando poderemos comparar as diversas experiências dentro de uma mesma realidade, observando-se: expectativas com relação à aquisição da escrita e da leitura, projetos de formação escolar, interesses, motivos, possibilidades e impedimentos, além das condições estruturais, que impediram ou impedem tais realizações.

Para a coleta de dados com os sujeitos estaremos lançando mão inicialmente de narrativas de vida, como instrumentos auxiliares da História Oral tais como os Relatos Autobiográficos (Nóvoa & Finger, 1988). Estes autores questionando as especificidades das histórias de vida apresentam o método (auto) biográfico como uma alternativa que procura repensar as questões da formação dos sujeitos, como um trabalho de reflexão sobre os percursos de vida já que é o próprio sujeito que escreve sobre seu processo formativo.

Para Queiroz (1988) a autobiografia pode servir de registro na coleta de dados a serviço de estudos em Ciências Sociais e Educação. A partir do registro autobiográfico, é possível refletir sobre as relações do indivíduo com seu grupo, com seu contexto social e histórico, com sua sociedade. Inclusive, “não se trata de considerá-lo isoladamente, nem de compreendê-lo em sua unicidade; o que se quer é captar, através de seus comportamentos, o que se passa no interior das coletividades de que participa” (Queiroz, 1988, p.24).

Nesta pesquisa faremos uso da autobiografia como instrumento de recolha de dados para análise, mas, temos conhecimento que esta, quando tomada por si só, sem o devido cuidado, sem ser remetida ao seu contexto e às condições de produção, pode esconder muito mais do que desvelar os elementos para uma análise sociológica, ou em Educação, produzindo uma “ilusão biográfica” (Boudieu, 1996, p. 74). Se a vida, ou parte dela, for tomada enquanto “um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto”.

De acordo com Lejeune (2008, p. 14) a autobiografia refere-se a “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”. Depois de exercitar por décadas sua leitura sobre o tema e reunir uma gama de materiais de cunho autobiográfico, Lejeune amplia sua concepção inicial, reconhecendo que essas características não são absolutamente rigorosas, já que certas condições podem não ser preenchidas totalmente.

Por outro lado, o que diferencia a autobiografia de outros textos, ou gêneros da literatura íntima (biografias, memórias, diários, ensaios, correspondências, autorretratos, diários íntimos, romances, etc.), ou melhor, para que um texto seja considerado autobiografia, “é preciso que haja relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem” (Lejeune, 2008, p. 18).

De acordo com Lejeune (2008) em todo texto autobiográfico, existe um “pacto autobiográfico”, ou seja, um pacto de sinceridade, expresso no engajamento de um autor em contar diretamente sua vida, uma parte dela, ou, apenas um aspecto dela, num espírito de verdade. Numa relação constante entre o passado e o presente através da rememoração. Além dos relatos autobiográficos, também lançaremos mão da Entrevista Semiestruturada (gravada em áudio e vídeo), buscando esclarecer e aprofundar o estudo quando necessário.

Com esse percurso, os dados coletados através dos Relatos Autobiográficos e das Entrevistas serão analisados através da Análise de Discurso (Orlandi, 2004; Orlandi, 1999), considerando-se a temática em estudo, a base teórica adotada, além dos objetivos da pesquisa e o problema em evidência.

Considerações Finais

A construção do delineamento para uma pesquisa na interface entre Psicologia, Ciências Sociais e Educação de Jovens e Adultos – EJA, implica considerar o contexto histórico-cultural que possibilita ou impossibilita o desenvolvimento dos sujeitos e a aquisição de saberes para que possam ler o mundo, ler as palavras e planejar com qualidade a existência. Nessa direção, os resultados a serem alcançados podem servir de denúncia das condições vivenciadas, mas também podem desvelar as mediações, as táticas de resistência construídas como alternativas, como linhas de fuga pelos sujeitos no cotidiano de suas práticas.

Necessitamos dizer também que, retomar o estudo da problemática contextual vivenciada no Semiárido Alagoano, mas também um contexto rico de possibilidades, identitárias e territoriais, significa continuar defendendo a importância da EJA, a ampliação das políticas públicas para esta modalidade e a melhoria contínua de suas práticas, no atendimento às pessoas que ainda se encontram excluídas do processo educacional, como é o caso das pessoas que vivem na condição de analfabetos.

Por outro lado, e, estes são os elementos que se agregam ao objeto de estudo que intentamos investigar, a inventividade, as formas de sobreviver e a produção de elementos culturais, aspectos característicos das riquezas produzidas nesta região de semiaridez, continuam a resistir e a influenciar sobremaneira a produção da vida de milhões de brasileiros/alagoanos. Além disso, a proposta aqui apresentada amplia sua relevância por representar uma possibilidade de diálogo que já está acontecendo entre dois grupos de pesquisa envolvidos com o estudo da mesma realidade alagoana em suas múltiplas expressões.

REFERÊNCIAS

- Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2018) <<http://atlasbrasil.org.br/2018/perfil/>>.
- Brasil. (2014). *Plano Nacional de Educação – PNE*. Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP.
- Brasil. (2017). Instituto Nacional do Semiárido – *Notícias*: Nova delimitação expande o semiárido até o Maranhão: 73 novos municípios foram incluídos. Campina Grande, <<https://portal.insa.gov.br/noticias/1070>>.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes.
- Carvalho, L. D. (2004). A emergência da lógica da “Convivência com o Semi-Árido” e a construção de uma nova territorialidade. In. *Educação para a convivência com o semi-árido: Reflexões teórico-práticas*. Juazeiro: Secretária Executiva da RESAB.

- Chizzotti, A. (2003). A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 16, n. 02. Universidade do Minho, Braga - Portugal.
- Duran, M. C. G. (2007). Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. *Diálogo Educ.*, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. Curitiba.
- Fortunato, M. L. F. & Neto, M. M. (2017). Semiárido: uma perspectiva genealógica. *Revista Dialectus*. Ano 4 n. 11, p. 192 a 204. Agosto – Dezembro.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1993). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas.
- Joutard, P. (2000). Desafios à História Oral do Século XXI. In: *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas
- Lane, S. T. M & Sawaia, B. (1995). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Lejeune, P. (2008). *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Leontiev, A. N. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Moraes.
- Lukács, G. (2008). *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956 – 1971*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Novoa, A. & Finger, M. (1988). *O Método (auto) biográfico e a Formação*. Lisboa: Ministério da Saúde - Cadernos de Formação 1.
- Oliveira, M. K. (2002). *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio histórico*. 4. ed. São Paulo: Scipione.
- Orlandi, E. P. (1999). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Ed. Pontes.
- Patto, M. H. S. (1990). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- Queiroz, M. I. P. (1988). Relatos Oraís: Do “indizível” ao “Dizível”. In: SIMSON, O. M. V. de. (Org), *Experimentos com histórias de vida. Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.
- Santos, A. L. T. dos. (2020). *As culturas organizacionais escolares: um estudo sobre o trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió.
- Silva, L. P. da. (2017). *A recente interiorização das universidades federais e a questão da democratização do acesso: uma análise das experiências formativas de jovens do semiárido paraibano no Campus de Cuité/UFCG*. 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Humanidades, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – UFCG: Campina Grande.

- Silva, L. P. da. (2005). A Afetividade como Mediação no Processo de Constituição dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos. Dissertação de Mestrado. PPGE/CEDU/Universidade Federal de Alagoas. Maceió.
- Vargas, H. M. & Paula, M. F. de. (2011). Novas fronteiras na democratização da educação superior: o dilema trabalho e estudo. Revista Argentina de Educación Superior – RAES. Año 3. Número 3.
- Vygotsky, L. S. (1999). A Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2001). A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1931/1995) Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. In: Obras Escogidas – III: Problemas del desarrollo de la psique. Madrid: Visor.